



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESPECIALIZAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA
DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

LÍGIA GABRIELA DA CRUZ DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE
LEITURA E ESCRITA COM ÊNFASE NOS GÊNEROS TEXTUAIS E LITERÁRIOS**

**CAMPINA GRANDE – PB
2020**

LÍGIA GABRIELA DA CRUZ DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE
LEITURA E ESCRITA COM ÊNFASE NOS GÊNEROS TEXTUAIS E LITERÁRIOS**

Monografia apresentada ao departamento de Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista Em Educação Especial.

Orientadora: Diana Sampaio

**CAMPINA GRANDE – PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237i Santos, Lígia Gabriela da Cruz dos.
A inclusão de alunos com deficiência intelectual nas aulas de leitura e escrita com ênfase nos gêneros textuais e literários [manuscrito] / Lígia Gabriela da Cruz dos Santos. - 2020.
37 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Diana Sampaio Braga, Departamento de Educação - CEDUC."

1. Educação inclusiva. 2. Deficiência intelectual. 3. Processo ensino-aprendizagem. 4. Gêneros textuais. 5. Gêneros literários. I. Título

21. ed. CDD 371.9

LÍGIA GABRIELA DA CRUZ DOS SANTOS


**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE
LEITURA E ESCRITA COM ÊNFASE NOS GÊNEROS TEXTUAIS E LITERÁRIOS**

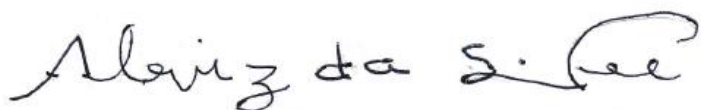
Monografia apresentada ao departamento de Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista Em Educação Especial.

Orientadora: Diana Sampaio

Aprovada em: 03-12-2020

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Diana Sampaio (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Antônio Luís Silva (Avaliador)
Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (Funad)


Prof. Dra. Livânia Beltrão Tavares (Avaliadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades encontradas no caminho.

À minha querida professora, Diana Sampaio, pelo exemplo de profissional, pelas leituras sugeridas, pela disponibilidade, responsabilidade, dedicação e paciência ao longo dessa orientação.

Aos meus pais, Luzinete e José Lourenço, pela compreensão e por me ajudar financeiramente durante toda a formação acadêmica contribuindo para realização desse sonho.

A minha tia, Maria do Livramento, pelo apoio psicológico durante a minha caminhada com a pesquisa para realização de mais um sonho.

Ao meu esposo, Jemerson Matheus, pelo carinho, incentivo e, principalmente, por estar presente em todos os momentos especiais da minha vida.

Aos professores da pós graduação que contribuíram para o meu desempenho durante o curso.

Aos coordenadores e funcionários do departamento de especialização, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe, e principalmente a Marta, Waldileny, Raissa, Evanilda e Priscila pelos momentos maravilhosos que vivenciamos durante o curso de pós graduação.

Aos meus familiares que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência. (MANTOAN 2011, p.143)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal discutir e abordar o processo ensino-aprendizagem dos gêneros textuais e literários para pessoas com ou sem deficiência intelectual. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura centrada na análise de quatro artigos tais como: “O Trabalho com o Gênero Textual História Em Quadrinho Com Alunos Que Possuem Deficiência Intelectual” “Letramento De Adultos Com Deficiência intelectual: Em Foco Os Gêneros Textuais” “A Música Como Recurso Pedagógico Na Aprendizagem De Pessoas Com Deficiência intelectual” e “A Fábula Como Recurso Pedagógico No Processo De Educação inclusiva”. Também foi elaborado uma tabela a fim de conhecer as concepções metodológicas dos autores. Em seguida, será feita uma investigação sobre a abordagem da leitura e escrita a respeito dos alunos com deficiência intelectual e com isso, refletiremos um pouco sobre a influência desses métodos para a formação do leitor. Os professores de língua portuguesa devem propiciar e modificar sua metodologia de ensino para que os alunos com e sem deficiência tenham uma educação igualitária.

Palavras chave: Inclusão; Deficiência intelectual; Gêneros textuais e literários; Formação de professores

RESUMEM

Este artículo tiene como objetivo discutir y abordar el proceso de enseñanza-aprendizaje de los géneros textuales y literarios para personas con o sin discapacidad intelectual. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica centrada en el análisis de cuatro artículos como: "El trabajo con la historia textual de género en cómics con estudiantes con discapacidad intelectual" "Alfabetización de adultos con discapacidad intelectual: enfoque en géneros textuales" " La música como recurso pedagógico en el aprendizaje de personas con discapacidad intelectual "y" La fábula como recurso pedagógico en el proceso de educación inclusiva ". También se elaboró una tabla para conocer las concepciones metodológicas de los autores. A continuación, se realizará una investigación sobre el enfoque de la lectura y la escritura sobre estudiantes con discapacidad intelectual y con ello, reflexionaremos un poco sobre la influencia de estos métodos para la formación del lector. Los profesores de portugués deben proporcionar y modificar su metodología de enseñanza para que los estudiantes con y sin discapacidad tengan una educación equitativa.

Palabras clave: Inclusión; Discapacidad Intelectual; Géneros Textuales y Literarios; Formación de Profesores

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise sobre as metodologias do professor.....	17
---	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	NÍVEIS DE GRAVIDADE DA PESSOA COM (DI).....	12
3	PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	14
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	16
5	ANÁLISE DADOS.....	20
5.1	O trabalho com os Gêneros Textuais Para Alunos com (DI).....	20
5.2	Gênero: História em Quadrinho.....	21
5.3	Gênero: carta.....	24
5.4	Gênero: Música / Canção.....	26
5.5	Gênero: Fábula.....	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual é um transtorno do neurodesenvolvimento mais comum encontrado em crianças e adolescente. O conceito de deficiência intelectual passou por várias modificações no decorrer dos anos e obteve inúmeras definições temos como exemplos: A Oligofrenia que era utilizada pelos “gregos” e que significava pouca sabedoria, essa patologia psíquica estabelecia-se numa deficiência grave consistente no desenvolvimento da inteligência e era dividida em quatro níveis: idiota, imbecil, débil e sábio idiota. Antigamente os deficientes intelectuais eram denominados de seres incapazes e fracassados.

Os termos “retardo Mental” e “Deficiência Mental” foi substituído e hoje é reconhecido por deficiência intelectual segundo O Manual de Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM-5). A última definição é mais completa e possui um quadro clínico mais coerente.

Nos dias atuais as pessoas com deficiências intelectuais são confirmadas através de testes de inteligência feita de maneira individual e pela avaliação clínica que são realizadas em crianças a partir de cinco anos. Em consonância com DSM-5 os diagnósticos são baseados nos níveis de funções intelectuais e funções adaptativas como:

Déficit em funções intelectuais como raciocínio, solução de problema, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica como nos testes de inteligência padronizados e individualizados. (p,33)

Já déficit em funções adaptativas são referentes aos domínios social, conceitual e habilidades práticas e que “resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social”. (p,33)

Vale ressaltar que a educação especial surgiu através de muitas lutas e leis que asseguram o direito da pessoa com deficiência. A educação inclusiva começou a ser valorizada a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. Contudo, sabemos que ainda vamos encontrar alguns grupos que vivenciam um processo de inclusão escolar pouco satisfatório no que diz respeito ao seu desenvolvimento educacional. Provavelmente,

os alunos com deficiência intelectual integram o segmento que mais sofre com a exclusão pedagógica, por apresentarem um ritmo de aprendizagem mais lento e serem alvo de uma série de estigmas depreciativos em relação a sua capacidade.

O ensino de língua portuguesa para alunos com deficiência intelectual é de grande importância para o seu processo de inclusão e exercício da cidadania, visto que os membros da sociedade necessitam de uma preparação adequada, concordante com as necessidades do mercado de trabalho e diante disso devemos valorizar e incentivar os alunos com DI na sala regular. Além disso, a leitura e escrita são um item indispensável para o desenvolvimento da criticidade, da linguagem e da competência discursiva dos indivíduos. Nesse sentido a leitura e escrita são entendida não como um simples decifrar de códigos, mas como um ato que envolve processos como compreensão, atribuição de sentido e interpretação nos gêneros textuais e literários que será trabalhado com alunos com ou sem deficiência intelectual.

Ao estudar português precisamos de um ambiente adequado para que os alunos possam interagir de forma mais concreta. Sendo assim despertaremos o prazer pela leitura e escrita de textos. Sabemos que na atualidade os centros de atendimento educacionais especializados estão com recursos didáticos que podem ajudar no desenvolvimento de leitura e escrita para alunos com déficit intelectual. Portanto o processo de letramento é muito importante nas aulas de língua portuguesa.

Nessa pesquisa. Nesse período percebemos a importância dos nossos objetivos que valorizou ainda mais a nossa pesquisa. Observamos quais são: Discutir e abordar o ensino dos gêneros textuais e literários para pessoas com ou sem deficiência intelectual;

- Identificar as diferentes habilidades presente nos alunos com deficiência intelectual nas aulas de leitura e escrita com ênfase nos gêneros textuais e literários;
- Estabelecer relações dialógicas entre alunos com e sem deficiência
- Refletir sobre a importância da metodologia em ensinar os gêneros textuais e literários para alunos com ou sem deficiência intelectual.

Analisaremos também sobre as dificuldades que esses alunos enfrentam no decorrer das aulas de língua portuguesa com ênfase nas aulas de leitura e escrita.

O tema do artigo é de suma importância para o desempenho profissional do professor de português, pois teremos mais conhecimento sobre crianças e adolescentes com necessidades educacionais enfatizando a “Deficiência Intelectual”, mostrando que ser diferente não é um problema social ou cultural, e que todos merecem ter um ensino de qualidade. Sendo assim, devemos compreender a realidade, ou seja, os conhecimentos prévios dos alunos com e sem deficiência e a partir disso, modificar o planejamento pedagógico para melhorar o desenvolvimento dos alunos.

Escolhemos esse campo de pesquisa porque percebemos a dimensão da dificuldade que enfrentamos para adaptar à alunos com déficit intelectual na escola. Compreendemos também, que existem Leis que situam esses alunos na escola regular, mas isso não é suficiente para suprir as dificuldades encontradas no decorrer das aulas.

2 NÍVEIS DE GRAVIDADE DA PESSOA COM (DI)

A deficiência intelectual também apresenta alguns níveis de gravidades como: leve, moderado, grave e profunda. Em consonância com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). A criança com déficit intelectual leve apresenta dificuldades em habilidades de pensamento, comunicação, atividade do cotidiano como compreender o conceito de alguns conteúdos aplicados em sala ou até mesmo sentem dificuldade de lidar com dinheiro. Já “Na vida adulta, os apoios costumam envolver compras de itens para casa, transportes, organização do lar e dos cuidados com os filhos, preparo de alimentos nutritivos, atividades bancárias e controle do dinheiro”. (p.34)

Já a criança com DI moderado apresenta habilidades defasadas durante o processo de desenvolvimento. A linguagem se desenvolve muito lentamente principalmente na escola nos anos iniciais (Pré-escola) e continua no ensino fundamental, médio e superior. “Nos adultos, o desenvolvimento de habilidades acadêmicas costuma mostra-se em um nível elementar, havendo necessidade de apoio para todo emprego de habilidades no trabalho e na vida pessoal” (p.35)

A criança com DI Grave apresenta limitações no que tange a linguagem de conceitos como por exemplo em termos de vocabulário, compreensão e gramática. Também mostram pouca compreensão na leitura e escrita. “Os indivíduos entendem discursos e comunicação gestual simples. As relações com familiares e pessoas conhecidas constituem fonte de prazer e ajuda”. (p.36) Na prática necessitam de apoio em atividades escolares e na vida cotidiana. Sabemos que a deficiência intelectual pode ser de origem genética, congênita ou adquirida ao longo do desenvolvimento.

A pessoa com déficit intelectual profunda apresenta uma grande dificuldade, pois depende do outro para desenvolver todas as habilidades como: “cuidados físico diário, saúde e segurança, ainda que possa conseguir participar também de algumas dessas atividades”. (p. 36). De certa forma o indivíduo mostra uma compreensão limitada no que se refere a comunicação sobre gestos ou na fala, podendo compreender algumas expressões faciais que remetem aos seus próprios desejos e emoções.

É direito e dever da escola comum receber todos os alunos independente de qualquer deficiência, pois quando eles passam a frequentar apenas o atendimento

educacional especializado a população olha e os discrimina, inferioriza e cria rótulos de incapacidade como: “coitadinhos”, mas visto de um outro âmbito podemos dizer que esse espaço garanti um atendimento especializado e complementar de uma escola regular.

As avaliações pedagógicas são um dos componentes importantíssimos, pois se refere às críticas de intervenção e fundamenta as decisões voltadas para as possíveis soluções de problema/dificuldade de aprendizagem encontrado nos alunos com deficiência intelectual, promovendo melhores condições durante o desenvolvimento no âmbito escolar.

3 PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A escola é um ambiente e sem dúvida o local privilegiado para o desenvolvimento de alunos com ou sem deficiência intelectual, pois são nas novas escolas integrais que muitos alunos passam a maior parte do seu tempo.

Contudo, mediar a leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual é estar no meio de uma atividade essencial a escola, a vida, é estar presente mesmo que sutilmente ausente; é saber que o ato de ler é condicionado por condições e características psicológicas, sociais, econômicas e intelectuais de cada indivíduo, nesse sentido, cada leitura faz parte de um todo maior. Garcia (1992, p37).

E quando pensamos no ensino como agente mediador de mudanças deve-se levar em conta que os indivíduos estão sempre construindo e reconstruindo seus conhecimentos nas interlocuções que fazem nas produções de textos, tanto orais como escritos.

A leitura dos gêneros textuais e literários no ensino fundamental continua atrelada, muitas vezes, à discussão estrutural dos gêneros/textos, isto é, preocupada com questões formais (quem são os personagens? Qual o tipo de narrador? Quantas estrofes têm o poema?) o professor tem nesse processo atuação fundamental, pois é a partir da sua concepção de literatura, leitura e método de abordagem do texto literário que poderá ou não oferecer ao aluno encaminhamentos metodológicos que propiciem um encontro significativo com os diversos gêneros literários.

É importante lembrar que a literatura entra na escola com o objetivo de enfatizar o conhecimento das obras/gêneros/textos literários. Mas infelizmente alguns educadores de rede pública trabalham o texto literário como pretexto para os aspectos gramaticais. E com isso a leitura não é trabalhada a partir de estratégias significativas para a formação do leitor a escola.

O professor de língua portuguesa abrange vários conhecimentos de sua área, mas sempre precisa de aperfeiçoamento e formação que saiba lidar com os problemas de aprendizagem nos alunos com e sem deficiência. Não podemos deixar de considerar e de falar que o incentivo familiar é de suma importância para o desenvolvimento do aluno seja na escola ou na sociedade. Segundo Vygotsky 1989, toda criança precisa de um estímulo seja na escola ou até na vida social:

Um mecanismo essencial dos processos reconstrutivos que ocorre durante o desenvolvimento da criança é a criação e o uso de vários estímulos artificiais. Esses estímulos desempenham um papel auxiliar que permite aos seres humanos dominar seu próprio comportamento, primeiro através de estímulos externos e posteriormente através de operações internas mais complexas (VIGOTSKY, 1989, p.84).

Os professores têm como objetivo ser os guardiões desses direitos educacionais especializados e apoiar os pais em suas dificuldades de compreender a deficiência Intelectual. Temos consciência que há resistência no que diz respeito a mudanças e inovações nessas áreas, mas devemos persistir na reorganização das políticas inclusivas. “Os pais de crianças com deficiência e os educadores brasileiro deveriam ser os primeiros a levantar a bandeira contra discriminação.” (MANTOAN 2011.p. 34).

Percebemos que as práticas pedagógicas devem ser abordadas de acordo com a particularidade de cada aluno e que do ponto de vista legal, os alunos que apresentam ter DI devem estar incluídos no ensino regular e que o plano de ensino deve ser voltado especialmente para essas crianças. Sabemos que para isso muitas vezes dar trabalho e que exige do professor um pouco de mais cuidado durante as aulas. Mas o bom professor/pesquisador precisa estar sempre atualizado e adaptar ou readaptar o seu plano de ensino para que o resultado das aulas seja satisfatório para todos. A autora Mantoan (2011) afirma que:

Adaptar o ensino para alunos de uma turma de escola comum não conduz e não condiz com a transformação pedagógicas dessas escolas, exigidas pela inclusão. A inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo. (MANTOAN, 2011, p. 21).

Ao desenvolvermos o estudo da língua portuguesa devemos estabelecer uma reflexão sobre a língua que falamos e como a escrevemos. Os alunos com deficiências intelectuais nas aulas de língua portuguesa têm mais facilidade de memorizar a linguagem popular e dificilmente entendem a linguagem culta, mas isso é questão de prática. O professor precisa obter estratégias que facilite o desenvolvimento da linguagem oral e escrita utilizada para um modo formal.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente capítulo está organizado para explicar os procedimentos metodológicos abordados desde a escolha do objeto de estudo até a descrição das etapas da pesquisa. Trata-se uma análise bibliográfica, ou seja, de uma revisão de literatura sobre o trabalho com alguns gêneros textuais e literários tais como: histórias em quadrinho, carta, música e fábula presentes nos artigos escolhidos. Podemos classificar também o presente artigo quanto à forma de abordagem do problema em qualitativa e exploratória, pois promoveu um levantamento de dados sobre as motivações de um dado grupo, no caso dos autores, buscando compreender e interpretar a opinião e as expectativas deles em relação aos gêneros textuais. É exploratória, portanto, não tem o intuito de obter números como resultados.

Foi selecionado para análise quatro artigos de gêneros e autores diferentes e discutimos a respeito do processo de ensino e aprendizagem com ênfase em alguns gêneros textuais e literários para alunos com ou sem deficiência intelectual.

A pesquisa foi organizada em três momentos: primeiro fizemos a escolha dos artigos referentes ao tema proporcionado.

No segundo momento fizemos um levantamento de dados presente nos artigos com uma tabela para identificar quais recursos os autores utilizaram, a quantidade de participantes, onde foi realizada a pesquisa e entre outros dados coletados para que os alunos com deficiência intelectual pudessem ter uma aprendizagem satisfatória.

TABELA 1: Avaliação dos artigos

	Construção para análise			
	Artigo (1)	Artigo (2)	Artigo (3)	Artigo (4)
Gêneros	HQ	CARTA	MÚSICA	FÁBULA
Quais os recursos utilizados pelos autores?	Lápis, papel, vídeo e modelos de HQ.	Lápis, papel e modelos de carta.	Lápis, papel, som e data show.	Lápis, papel, modelos de fábulas.
Quantos participantes estavam envolvidos na análise?	Quatro jovens do Eja.	Cinco adultos do Eja	Uma turma regular.	Três turmas do 6 ^a ano.
Quem era esse público? Pessoas com deficiência? Ou sem?	Alunos apenas com deficiência intelectual.	Alunos apenas com deficiência intelectual.	Alunos com e sem deficiência intelectual.	Alunos com e sem deficiência intelectual.
Qual a cidade que foi realizada a pesquisa?	Paraná	Maringá/Paraná.	Pinheiral.	Curitiba.
Os alunos apresentavam algum conhecimento sobre o gênero textual ou literário?	A maioria	A maioria	Sim.	Não.
Os artigos apresentavam tema da atualidade?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
As pesquisas foram em escolas públicas ou privadas?	pública	Pública	pública	Pública.
Quais os procedimentos metodológicos de cada pesquisa?	A pesquisa foi realizada em uma unidade do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA). E foi desenvolvida	O estudo foi desenvolvido nas dependências de uma Universidade pública. E é apresentado em quatro etapas: 1º resgatando/ registrando levando em	O artigo foi realizado em uma sala especializadas-APAE Educadora- e seguiu em dois momentos: 1º Delinear o modo como a música contribui para crianças com deficiências,	O trabalho foi desenvolvido para definir estratégias de ação do projeto de Intervenção na escola pelo Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Para tanto, essa proposta foi elaborada através de sete oficinas: 1º Conversa informal com os alunos. 2º Explicação falando que

	<p>em três momentos:</p> <p>1º Leitura e interpretação escrita de uma HQ.</p> <p>2º Problematização do assunto por meio de uma discussão.</p> <p>3º desenvolveram atividades sistematizadas para compreensão e interpretação das condições de produção do tema da HQ.</p>	<p>conta o conhecimento imediato.</p> <p>2º Problematizando, momento que o professor amplia os elos comunicativos.</p> <p>3º Sistematizando consiste na inserção do conteúdo científico.</p> <p>4º Produzindo, verifica-se o conhecimento adquirido pelo aluno por meio das atividades anteriores.</p>	<p>utilizando dados bibliográficos sobre o tema trabalhado.</p> <p>2º Aplicaram procedimentos da pesquisa documental, que foi coletado pela professora sobre o desempenho das atividades com músicas realizadas com estudantes.</p>	<p>trabalhariam com algumas fábulas.</p> <p>3º Leitura de uma fábula sobre inclusão e respeito.</p> <p>4º Leitura e interpretação de uma fábula sobre a compreensão das diferenças.</p> <p>5º Apresentação da resolução CNE/CEB Nº2, de 11 de setembro de 2001 para trabalhar alguns aspectos da educação inclusiva.</p> <p>6º Apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e em seguida distribuição de uma cópia em formato de um livreto ilustrado para crianças e no final cada um confecciona seu próprio livreto.</p> <p>7º leitura da fábula “O corvo e o Pavão” para discutir a respeito das possibilidades e desafios da educação inclusiva.</p>
--	---	--	---	--

No terceiro momento apresentamos a análise dos dados coletados referente aos estudos realizados pelos autores de tais artigos: “O Trabalho com o Gênero Textual História Em Quadrinho Com Alunos Que Possuem Deficiência Intelectual” “Letramento De Adultos Com Deficiência intelectual: Em Foco Os Gêneros Textuais” “A Música Como Recurso Pedagógico Na Aprendizagem De Pessoas Com Deficiência intelectual” e “A Fábula Como Recurso Pedagógico No Processo De Educação inclusiva”.

5 ANÁLISES DE DADOS

5.1 O Trabalho com os Gêneros Textuais para Alunos com (DI)

É notável que os gêneros textuais são manifestações linguísticas e que acontecem no processo da escrita quanto na forma oral. Com isso, podemos dizer que não se pode comunicar sem fazer o uso de algum gênero durante o discurso. Nesse contexto, percebemos que o ensino de língua portuguesa em muitas das escolas brasileiras está voltado para os moldes da exploração da gramática normativa, que envolve um conjunto de regras as quais os alunos devem seguir. Em consonância com Marcuschi “ nos dias atuais, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias” (MARCUSCHI, 2002, p.10). Analisando as mudanças ocorridas no ensino tradicionalista e estabelecendo uma ponte entre língua e as ações humana, no qual estão presentes os diversos gêneros como: histórias em quadrinhos, fábulas, cartas, gênero oral e entre outros meios de comunicação. Trabalhando com esses gêneros também podemos perceber que a construção de conhecimento não depende só da escola, o que nos possibilita a contextualizar o mundo e os conhecimentos prévios dos alunos em relação a família, a religião, aos amigos, no geral a todo contexto social e histórico. Compreendemos também que há uma distinção entre gênero e tipo textual, pois os gêneros estão ligados aos elementos comunicativos funcionais e sócio culturais e discursivos. Marcuschi explica a seguinte diferença entre tipo textual e gênero textual:

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativa definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica [...] os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalísticas, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária , bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferencia, carta eletrônica, bate papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. (MARCUSHI,2005, p.3)

Através da leitura dos gêneros, o aluno pode descobrir sua liberdade e expressar-se diante da sociedade. Assim, o profissional de Língua Portuguesa precisa conhecer os gêneros que seu aluno gosta de ler, valorizar a primeira interpretação feita por ele e conseqüentemente partir do que ele já conhece para aquilo que é novo.

COSSON (2006):

Crescemos como leitores quando somos desafiados por leituras progressivamente mais complexas. Portanto, é papel do professor partir daquilo que o aluno já conhece para aquilo que o aluno não conhece, afim de proporcionar o crescimento do leitor por meio da ampliação de seus horizontes de leituras. (COSSON, 2006, p.35).

Em suma, compreende-se que o ensino dos gêneros textuais precisa ser trabalhado de maneira diferenciada, ou seja, o planejamento pedagógico do professor de Português deve ser voltado para a modalidade especial, atendendo os alunos de acordo com suas necessidades educacionais. Os gêneros devem ser apresentados para os alunos com ou sem deficiência intelectual, a partir dessa primeira explicação o professor precisa reorganizar o seu planejamento diário visando esclarecer algumas dúvidas e priorizando alguns gêneros que sejam eficazes para o desenvolvimento dos alunos como por exemplo: atividades que envolva músicas, vídeos, histórias em quadrinhos, fábulas, cartas, diálogos e entre outros. Sendo assim, o ensino com esses gêneros nas aulas de língua portuguesa possibilita uma aprendizagem de maneira lúdica e que é muito válida tanto para os alunos com ou sem deficiência intelectual.

Estabelecemos nessa pesquisa uma relação direta e confiável para o nosso estudo com o trabalho dos gêneros textuais e literários apresentados em alguns artigos do ensino fundamental e médio para alunos com o ou sem deficiência intelectual.

5.2 Gênero: História em Quadrinho

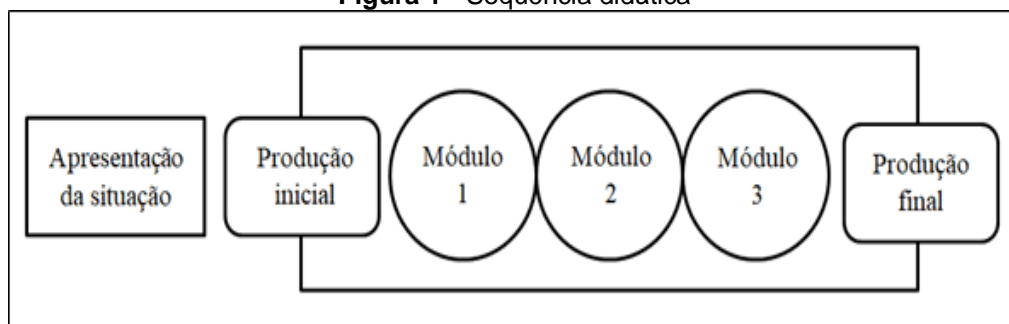
O gênero textual História em Quadrinho (HQ) é considerado um bem cultural para o desenvolvimento educacional da criança e do adolescente. Em consonância com Shimazaki et al. (2018), reflete um pouco sobre a importância de ensinar o gênero HQ para alunos com deficiência intelectual:

É de fundamental importância para uma vida saudável, e sendo a história em Quadrinho um gênero textual que cumpre essa função na sociedade, partiu-se do princípio de que é um gênero que precisa de ensino sistematizado junto aos alunos com deficiência intelectual, para que aprendam a lidar com uma manifestação de linguagem comum ao seu entorno social. (SHIMAZAKI; AUDA; MENEGASSE e MORI 2018, p.136)

Nos dias atuais os professores de ensino fundamental II e médio, sentem um pouco de dificuldade para ensinar aos alunos que apresentam alguma deficiência, e isso, muitas vezes se torna frustrante as aulas, porque não há uma formação por parte do professor durante a graduação de áreas específicas.

Para apresentar o gênero história em quadrinho em uma turma que tenha alunos com ou sem deficiência intelectual é necessário explicar antes e depois seguir para a produção. Devemos apresentar uma situação de uma história em quadrinho mostrando suas características. Em seguida pedir para os alunos fazerem a primeira produção. Shimazaki et al. (2018), menciona em seu artigo essa mesma sequência didática proposta (Figura 1) por Dolz et al. (2004), que é muito satisfatória para o desempenho dos alunos com ou sem deficiência intelectual nas aulas de leitura e escrita. Essa é uma atividade metodológica e que de certa forma permite a interação entre o aluno e o texto a respeito do gênero trabalhado.

Figura 1 - Sequência didática



Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.98)

Segundo os autores apresentados tanto Shimazaki et al. (2018), quanto Dolz et al. (2004), informam que esse é um método confiável durante as aulas de leitura e escrita sobre o gênero história em quadrinho. Percebemos também que além de fazer a leitura do gênero com modelo para as próximas escritas é preciso praticar. É de suma importância fazer uma sondagem sobre o gênero ou aplicar um questionamento para adquirir conhecimentos prévios dos alunos e assim possamos conhecer os níveis de letramento que os alunos têm.

Segundo as contribuições apresentadas por Shimazaki et al. (2018), ensinam o gênero história em quadrinho através dos módulos, mas no decorrer da leitura percebemos que os autores esqueceram de ensinar e enfatizar a escrita dos alunos com deficiência intelectual, pois apenas explicaram o que é o gênero história em quadrinho e fizeram a correção de uma atividade abordada pelo os mesmos. Durante as aulas de língua portuguesa precisamos sim, instigar e incentivar os alunos a leitura, interpretação textual (oral e escrita), porém devemos formar alunos leitores e críticos e preparados para os meios de trabalhos e acadêmicos. De acordo com os Parâmetros curriculares nacionais “o trabalho com produção de textos tem como finalidade formar escritores competentes capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes” (PCNs 2001, p.65)

A priori os alunos com deficiência intelectual não podem seguir rótulos e nem aprender os gêneros textuais e literários separados de sua turma. Quem deve mudar a forma de pensamento e o planejamento pedagógico é o professor de português para melhor atender a todos. Devemos incluir os alunos com e sem deficiente intelectual nas aulas de gêneros textuais e fazer com que eles possam tem uma boa interação com seus colegas de classes. Se possível fazer atividades em dupla, em grupos e conseqüentemente eles irão se sentir aconchegante no ambiente escolar.

É importante para os educandos ter bons modelos de leitores para que eles possam se espelhar e cabe a nós professores sermos esse modelo, pois não podemos cobrar do aluno postura de leitores ativos se não temos tal postura. O gênero história em quadrinhos é muito bom de se trabalhar pois em algumas vezes é um texto curto e que apresentam linguagem verbal e não verbal e de fácil acesso para o desenvolvimento dos alunos no decorrer do nível escolar.

Vale ressaltar também a importância de valorizar e sempre potencializar os alunos com ou sem deficiência intelectual. Shimazaki et al. (2018), fala de forma irônica a respeito do processo de aprendizagem dos educandos como:

Ao analisarmos as respostas emitidas pelos sujeitos, percebemos que, mesmo já demonstrado ter os conhecimentos desde a atividade inicial do Módulo I, a organização do pensamento na escrita apresentou uma pequena melhora, uma vez que as respostas estão mais claras e objetivas e melhor elaborada. (SHIMAZAKI; AUDA; MENEGASSE e MORI 2018, p.136)

Sendo assim, por mais minuciosos que seja o progresso do aluno que têm necessidades educacionais temos que potencializar e ser professor mediador para

que se sinta mais confiável na sua produção. Compreendemos que quanto mais praticamos a leitura na escola, mais será o nosso sucesso futuramente, pois ler com frequência ensina não só a ler como também a escrever. O papel do professor enquanto agente mediador do ensino de leitura dos gêneros textuais e literários como já foi mencionado anteriormente é apontar caminhos que levem o aluno a refletir, construindo a partir dessa reflexão um sentido para o texto lido. Em consonância com Vieira 2006:

É importante que na sala de aula a leitura e a escrita não sejam atividades secundárias, que ocupem apenas um tempo que sobrou no final da aula. Leitura e escrita precisam ser planejadas como atividades cotidianas, não só entre os alunos, mas entre os professores e professoras. (VIEIRA 2006, p.23).

5.3 Gênero: carta

A leitura e escrita do gênero carta é de suma importância para as aulas de língua portuguesa no fundamental II, pois é nessa fase que a comunicação entre os alunos com ou sem deficiência intelectual é trabalhada de maneira clara e objetiva, fazendo com que todos os alunos tenham um conhecimento de grande notoriedade porque propõe ao educando conhecer e escrever vários modelos de cartas como por exemplo: carta para o professor (a), diretor (a), namorada (o), para uma autoridade e entre outros. Os professores de Língua Portuguesa devem incentivar os alunos a lerem a partir das experiências de leitura que o aluno traz para sala de aula, de modo a enfatizar os conhecimentos sobre os gênero textuais e literários que foram lidos por eles e partir para o que eles ainda não conhecem. Sendo assim, daremos continuidade ao desempenho do aluno e contribuiremos para o processo de aprendizagem dentro e fora do ambiente escolar. Para Cosson 2006:

A leitura escolar precisa de acompanhamento porque tem uma direção, um objetivo a cumprir, e esse objetivo não deve ser perdido de vista. Não se pode confundir, contudo, acompanhamento com policiamento. O professor não deve vigiar o aluno para saber se ele está lendo o livro, mas sim acompanhar o processo de leitura para auxiliá-lo em suas dificuldades, inclusive aquelas relativas ao ritmo da leitura. (COSSON 2006, p.62)

É função da escola formar sujeitos letrados (no sentido pleno da palavra) não apenas sujeitos alfabetizados. Essa é uma das maneiras que escola tem de

contribuir para diminuição da injustiça social desde que ela forneça a todos as oportunidades para o acesso ao saber acumulado pela sociedade. Oliveira et al. (2017), faz uma breve reflexão sobre alfabetizar e o letrar com base em Soares (2004), afirmando que é de suma importância ensinar a ler e escrever de acordo com o contexto social dos alunos, ou seja, fazendo com que a escrita tenha sentido na vida dos educandos. Ainda em consonância com esses autores podemos dizer cada aluno tem o seu tempo de aprender e nós profissionais da área de educação precisamos compreender o processo de aprendizagem dos discentes com ou sem deficiência intelectual.

De acordo com essa linha de pensamento a aprendizagem dos gêneros textuais e literários se torna uma ferramenta muito importante para inserção dos adolescentes e jovens na sociedade, visto que é a partir dela que adquirimos as habilidades necessárias para interagir com as diversas formas de linguagem e gêneros textuais e literários que circulam no meio social em que vivemos.

Vale ressaltar ainda que “na história das práticas comunicativas mediadas pela escrita, a carta foi um dos primeiros gêneros textuais que viabilizou a construção de relações interativas a distância” (SILVA,2002 p.52). Diferente do gênero história em quadrinho, Oliveira et al. (2017), coloca em prática toda explicação sobre o gênero carta que de certa forma a intervenção torna mais satisfatória, pois os alunos com deficiência intelectual produziram cartas.

Percebemos também que utilizaram a linha de pensamento de trabalhar primeiro com os conhecimentos prévios dos sujeitos o que levou a escrever as cartas iniciais que é feita a partir de algumas sondagens sobre as características da carta. Nesse momento é importante lembrar que o profissional da educação precisa valorizar o que foi escrito pelos alunos com deficiência intelectual.

Em seguida é pedida uma segunda produção para observar o desenvolvimento e o processo de aprendizagem do educando e nesse caso a escrita já é elaborada a partir do conhecimento científico e apresentação de uma carta modelo.

E por fim seria a produção final onde o aluno com deficiência intelectual precisaria de mais uma explicação sobre a estrutura e as características do gênero carta.

Oliveira et al. (2017), poderia fazer depois da correção da produção final um momento de socialização entre os alunos visando sempre a inclusão das pessoas

com e sem deficiência. Compreendemos também que foi uma intervenção apenas para alunos com deficiência intelectual e que seria ainda mais enriquecedor se todos da turma participassem. É preciso compreender que a pessoa com deficiência intelectual aprende melhor através da linguagem não verbal e alguns profissionais fazem uma leitura incompreensiva, reducionista ou seja, reduzindo algumas explicações sobre o desempenho do aluno com relação ao gênero trabalhado como no caso do Oliveira et al. (2017):

“M” por sua vez, apresentou um registro distinto. Sua produção se respaldou nos modelos ofertados e no cartaz ilustrativo, preso na parede da sala de aula. Parece-nos que sua preocupação estava mais direcionada em copiar o modelo do que produzir o texto solicitado (OLIVEIRA, ALENCAR e TAVARES, 2017 p. 5002).

Constatamos que essa é uma análise feita pelos autores citados acima sobre o desenvolvimento de um dos alunos com deficiência intelectual a respeito do gênero carta que foi ensinado durante a intervenção. Percebemos também que os mesmos precisariam utilizar outros recursos como por exemplo explicar e trabalhar o gênero carta em forma de cartaz, pois como foi mencionado alguns alunos com deficiência intelectual conseguem compreender melhor os gêneros textuais e literários através de uma linguagem não verbal.

5.4 Gênero: Música / Canção

O gênero música se trata de um texto literário e que é muito importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente com ou sem deficiência intelectual, durante o seu processo de aprendizagem nas aulas de português. Quando trabalhamos o gênero canção na sala do fundamental anos finais, sem dúvida os educandos ficam bastante atentos a todos os toques e letras que aparecem na música. Para Messias (2016), “a música é considerada um recurso facilitador da aprendizagem, estimulando o cognitivo, a percepção, a atenção e a concentração, de forma lúdica” (MESSIAS 2016, p.214).

Em consonância com a autora, podemos afirmar que o gênero canção expressa o desenvolvimento da oralidade, e da capacidade de comunicação e isso pode acontecer de forma direta ou indiretamente com os seus colegas com ou sem deficiência intelectual. Através desse método de estudo podemos compreender que

o aluno com deficiência intelectual consegue aprender e a se relacionar com os efeitos sonoros, com os ritmos e melodia. Sendo assim os alunos podem também fazer intertextualidade com o mundo fora do ambiente escolar.

Vale ressaltar, que o gênero literário está relacionado com tudo e não pode ser separado dos meios políticos e nem da nossa religião, pois é um espaço comunicativo e que expressa opiniões de diferentes contextos como também está relacionada com a imaginação que o leitor adquire ao ler determinado texto, nesse caso fica a critério do leitor interpretar da melhor maneira. Ao estudar o gênero música é preciso de um ambiente adequado para que o leitor faça levantamento dos gêneros estudados e que o professor esclareça as dúvidas e possa construir um prazer ao estudar os estilos literários.

Os professores de língua portuguesa precisam se atualizar, buscando capacitações e formações continuadas voltadas para o ensino de alunos com deficiência intelectual nas aulas de gêneros textuais e literários.

É cabível também ressaltar a importância da leitura e escrita para a inclusão social do aluno na sociedade, assim como bem consta no OCEM (p. 280), a escola precisa organizar “A lógica de uma proposta de ensino e de aprendizagem que busque promover letramentos múltiplos pressupõe conceber a leitura e a escrita como ferramentas de empoderamento e inclusão social.” Ou seja, a leitura e escrita além de contribuir para a ativação do aluno como sujeito ativo perante a sociedade, ainda se constituem como uma ferramenta de poder. A autora Messias (2016), explica um pouco sobre o desenvolvimento da leitura e escrita do aluno com deficiência intelectual:

A pessoa com deficiência intelectual é capaz de apreender a se desenvolver, porém, em um tempo maior, considerando que demora um pouco mais para assimilar, compreender e apreender, não na totalidade, o que não impede que sejam desenvolvidas várias outras competências e habilidades. (MESSIAS 2016, p.201)

Sendo assim, precisamos respeitar o tempo da pessoa com deficiência intelectual, mas não podemos deixar de sempre está estimulando, adaptando ou readaptando algumas atividades para que o progresso desse aluno aconteça. Quando trabalhamos com a música em sala de aula os alunos demonstram muito empolgação, pois a música afeta de forma direta as questões emocionais dos alunos com ou sem deficiência intelectual. Messias (2016), informa que “a música traz uma

sensação de prazer, logo está relacionada a estrutura cerebral da emoção” (MESSIAS 2016, p.208). a autora apresenta em seu artigo uma estrutura cerebral compreendida a partir de Relvas 2011 como:

- ° Cérebro reptiliano (corpo esfriado e ventral e glândulas basais)
- ° Amígdala
- ° Hipotálamo
- ° Córtex cingulado
- ° Córtex pré-frontal (conectada com o tálamo, a amígdala cerebral e outras áreas subcorticais).

Em subsídios com os autores citados acima podemos compreender que a emoção transmite resultados que pertencem a região encefálicas e que de certa forma controla todo o comportamento emocional e o seu processo de aprendizagem.

Messias (2016), relata em seu artigo a importância dos alunos com deficiência intelectual em ao participar de eventos na escola, percebemos também a mudanças de hábitos escolares, ou seja, antes das aulas de músicas esses alunos apresentavam desânimos e autoestima baixa. Hoje, com as aulas de músicas se sentem mais felizes e animados para realizar até as tarefas extraclasse.

Há também na escola um coral no qual todos são participantes, ensaiam músicas para o natal e sempre estão sendo convidados para cantarem em outros lugares. O coral tem feito a diferença na vida dessas pessoas com deficiência intelectual. Elas se percebem importantes tanto no aspecto pessoal quanto no aspecto social. O trabalho com a música está possibilitando que esses estudantes desenvolvam também, outras habilidades que favorecem sua autonomia e contribuem para a vida cotidiana, pois, aprender cantando tornou-se prioridade na sala de aula, e faz parte da rotina dos alunos (MESSIAS 2016, p.213).

É muito satisfatório para nós professores de língua portuguesa, perceber que o gênero canção pode trazer melhorias na vida educativa e social do aluno com deficiência intelectual. E que a autora enfatiza justamente na questão dos valores, ou seja, valorizar tudo que o nosso aluno sabe fazer de melhor. Precisamos mostrar para nossos alunos a importância de estudar os gêneros textuais e literários e fazer com eles estudem a leitura, escrita e oralidade de maneira prazerosa. Na leitura, o leitor mobiliza estratégias diversas. As estratégias de leitura acontecem de forma

inconsciente, ou seja, o processamento de informação que adquirimos no ato da leitura se dá de maneira automática. É evidente que as leituras dos objetivos ficam explícitos durante a leitura como forma de roteiro para a compreensão do leitor. Todavia, a leitura só tem sentido quando traçamos no final um significado de construir uma interpretação, podemos dizer ainda que a leitura precisa ser feita por prazer e não por obrigação. Na concepção de Kleiman (1989), Quando lemos porque outra pessoa nos manda ler como acontece frequentemente na escola estamos apenas exercendo atividades mecânicas e sem sentido e essa leitura desmotivada não conduz a aprendizagem e é prontamente esquecida.

5.5 Gênero: Fábula

Trabalhar o gênero fábula nas aulas de língua portuguesa do ensino fundamental é de grande notoriedade, pois é antes de tudo, mergulhar num mundo de subjetividade e encantamento, um lugar mágico onde o aluno encontra a possibilidade de se descobrir, de se reconhecer, de se encontrar.

O gênero fábula é uma narrativa figurada e os personagens sempre são animais e apresenta características humanas. No final de cada história é sustentada por uma lição de moral, ou seja, um ensinamento. Assim, como os outros gêneros que foram apresentados anteriormente esse também é considerado importante para o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

De acordo com as vivências acadêmicas podemos dizer que o gênero literário promove um encontro especial com a leitura, pois através do contato com a literatura o aluno descobre as múltiplas faces da linguagem e entra em contato com diferentes aspectos da Língua Portuguesa. Quanto maior for a diversificação dos gêneros literários apresentados aos alunos, maior será a experiência que ele terá com este universo de singular beleza, magia e emoção. Rildo Cosson (2006), mostra em seu livro *“Letramento Literário teoria e Prática”* algumas propostas de trabalhar literatura em sala de aula com os alunos:

Crescemos como leitores quando somos desafiados por leituras progressivamente mais complexas. Portanto, é papel do professor partir daquilo que o aluno já conhece para aquilo que o aluno não conhece, afim

de proporcionar o crescimento do leitor por meio da ampliação de seus horizontes de leituras (COSSON 2006, p. 35).

Nesse sentido, a fábula passa a ser um convite de liberdade de expressão, em que os alunos possam expressar seus sentimentos, descobrir e compreender melhor suas próprias emoções.

Os profissionais de Letras devem ensinar aos alunos analisar primeiro a simplicidade de um texto, para depois analisar de forma complexa e objetiva. Para Marcon (2016), “a fábula é uma narrativa de fácil compreensão para os alunos, com grande valor pedagógico, que permite a ampla discussão sobre questões morais e éticas sobre valores essenciais ao ser humano” (MARCON 2016, p.2).

Nesse sentido repensar a ação docente é um desafio cotidiano à medida que surge a cada dia inovações nas concepções de leitura e se faz necessário adequar a metodologia, visando sempre a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual. Entende-se, portanto, que a leitura é um caminho de inserção no mundo e da satisfação de necessidade do ser humano. Vieira (2006), afirma que:

Para que a leitura faça sentido em nossas vidas para além dos muros e obrigações escolares, precisamos trabalhar com a variedade de textos que circulam na sociedade, com materiais de qualidade estabelecendo uma diversidade de objetivos e modalidades de leitura (VIEIRA 2006, p.28).

A pesquisadora Marcon (2016), elaborou seu trabalho de forma coerente, fazendo atividades que estimulassem os valores de inclusão da pessoa com deficiência intelectual. Compreendemos também que é feita uma sequência de módulos para dividir os momentos. As aulas acontecem de maneira lúdica e com isso, apresentam resultados satisfatórios, pois englobam leituras de gêneros, vídeo, dinâmicas e reflexões sobre o cotidiano das pessoas com ou sem deficiência. As equipes escolares das redes municipais e estaduais deveriam seguir o exemplo da pesquisadora Marcon (2016). e fazer eventos como palestras, projetos com o tema inclusão escolar fazendo com que os alunos tivessem aquele momento de conhecimento sobre: “O que é deficiência? Vocês sabem o que é inclusão? Qual o significado da palavra exclusão? Você já presenciou situações de exclusão na escola? E fora do ambiente escolar? São questionários como esses que os profissionais da educação precisam discutir com os alunos do ensino fundamental ano finais mostrando que ser diferente não é um problema social, mas que todos os

seres humanos têm suas particularidades. Depois que eles soubessem o básico desses questionamentos o professor de português se aprofundava nas leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência. Em consonância com Marcon 2016 e conforme a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica).

Art. 5º consideram-se **educandos com necessidades educacionais especiais** os que, durante o processo educacional, apresentarem.

I- Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares , compreendidas em dois grupos:

a) Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.

II- Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis.

III- Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

De acordo com alguns pensamentos, podemos afirmar que os professores de língua portuguesa precisam ter conhecimento das deficiências dos alunos e assim conseqüentemente elaborar ou readaptar seu planejamento pedagógico.

Em suma, Podemos sintetizar, a partir das questões analisadas, que os artigos ainda contribui pouco para o leitor atuar de maneira ativa frente a inclusão da pessoa com deficiência intelectual nas aulas de leitura e escrita com ênfase nos gêneros textuais e literário garantindo e estimulando o desenvolvimento de habilidades que tornam o aluno-leitor capaz de: resgatar aspectos do contexto como parte da compreensão textual; reconstrução de sentidos possíveis para o texto; compreensão de que há particularidades em cada gênero textuais e literário, a partir da exploração de procedimentos e recursos expressivos empregados nos textos; estabelecer inferências, reflexão e a intertextualidade entre as leituras realizadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa podemos chegar a algumas constatações que consideramos importantes. A primeira delas diz respeito a postura dos teóricos estudados e discutidos durante a análise de dados sobre a inclusão de alunos com e sem deficiência intelectual nas aulas de leitura e escrita. E com isso, ocorreram mudanças no meu comportamento como mediadora de língua portuguesa, mostrando que devemos nos adaptar e readaptar a cada aluno e conhecer de fato a sua realidade para que assim o desenvolvimento educacional aconteça de maneira satisfatória tanto para os pais e alunos quanto para nós professores de Língua Portuguesa.

Os profissionais da educação precisam quebrar os rótulos criados para as pessoas com e sem deficiências intelectuais. A oportunidade de igualdade precisa ser válida em todo o ambiente escolar, começando do gestor até o funcionário do portão, isso deve ser uma das metas que os componentes da escola deveriam alcançar.

Tendo em vista as dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência intelectual, nos últimos tempos este artigo buscou nortear caminhos que possam facilitar o ensino aprendizagem dos gêneros textuais e literários.

Mas é importante ressaltar que esse processo requer não apenas investimentos financeiros embora sejam importantes, mas também dedicação, esforço e profissionalismo por parte dos professores e das instituições de ensino.

Esse é um trabalho de conscientização de resgate de valores em que muita coisa precisa ser repensada e reformulada para que as aulas de gêneros textuais e literários não sejam apenas atreladas a pretexto de aulas de ensino gramatical, desconsiderando-se dessa forma toda riqueza de informações presentes no texto que poderiam ser trabalhadas para desenvolver o senso crítico dos alunos com e sem deficiência intelectual.

Com isto, a equipe escolar precisa trabalhar em conjunto com um profissional da área de psicologia ou neurologia para detectar os casos referentes as deficiências e promover um ensino de qualidade para os alunos com necessidades educacionais.

O ambiente escolar é uma instituição de grande importância na vida dos alunos, pois é o lugar que devemos estimulá-los nas leituras dos gêneros textuais e

literários. Sabemos que sempre vamos encontrar alunos que tem deficiência intelectual e conseqüentemente tenham dificuldades de compreender os gêneros, mas para isso, precisamos entender o contexto e a carga de leitura trazidas por eles.

Os profissionais de Português devem fazer com que os alunos fiquem mais motivados à leitura mobilizando e utilizando a biblioteca com criatividade que despertem para o mundo da leitura de gêneros textuais e literários.

É necessário que se faça capacitações alusivas aos alunos e que todos os funcionários participem e conheçam as diversas diferenças que há nas escolas, mostrando que ser diferente não é um problema social ou cultural, e que todos merecem ter um ensino de qualidade independente de qualquer dificuldade.

Em decorrência disso, afirmo que este trabalho não se encontra como um produto acabado e que está disposto a alterações, ou seja, necessita de outras fontes teóricas para complementar as discussões sobre a importância de estudar a educação especial e inclusiva com ênfase na Deficiência Intelectual.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayach. **Aprendizagem de pessoas com Deficiência intelectual: desafios para o professor.** São Paulo. 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Resolução Nº. 4 CNE/CEB.** Define as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação Básica. Ministério da Educação. Conselho nacional de Educação.

CUNHA, E. (Org.). **Práticas Pedagógicas para a inclusão e a diversidade.** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2011.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração Mundial sobre Necessidades Educativas Especial: Acesso e qualidade.** Trad. Edilson Alkmin da Cunha. 2. Ed. Brasília: CORDE,1994.

DSM-5 **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** trad. Cláudia Dornelles; - 4.ed. rev. - Porto Alegre: Artmed,2002

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007 p.96

DORNELES, J.R.W. **O que são Direitos Humanos.** Editora Brasiliense.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLY, B. sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ,J.; SCHNEUWLY,B. Gêneros orais e escritos na escola campinas: Mercado das Letras, 2004. P95-128.

FAVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com deficiências: garantia na diversidade.** Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GARCIA, Edson Gabriel. **A leitura na escola de 1º grau:por uma outra leitura da leitura.** São Paulo,Loyola 1992.

JANNUZZI, Gilberta S. **A educação do deficiente no Brasil.**-2d (coleção educação contemporânea). São Paulo, 2006.

JANNUZZI, G. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1992.

LODI, (org.) **Leitura e escrita: no contexto da diversidade.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

MARCUSHI, L.A. **Gêneros Textuais: definição e funcionalidade.** In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A. R.; BEZEERA, M.A. **Gêneros textuais e ensino.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

MARCON, Regina Maura Batista. **A Fábula como recurso pedagógico no processo de Educação Inclusiva** – Paraná: 2016.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas** – 5ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MESSIAS, Maria Aparecida da Silva. **A Música como Recurso pedagógico na Aprendizagem de Pessoas com Deficiência Intelectual.** – Pinheiral: 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de educação especial. Brasília: MEC, 1994.

OLIVEIRA, A; ALENCAR, G; A; R. TAVARES, G; L. **Letramento de Adultos com Deficiência Intelectual: Em foco os Gêneros Textuais.** – PARANÁ, 2017.

SILVA, J. Q. G. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos.** 2002. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2002.

SHIMAZAKI, E; M. AUDA, V; G; C. MENEGASSE, R; J. e MORI, N; N; R. **O Trabalho com o Gênero textual em Quadrinhos com Alunos que Possuem Deficiência Intelectual.** São Paulo: 2018.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2006.

Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. /Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental. -3. ed.-Brasília:A Secretária, 2001.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** [Tradução Álvaro Cabral, 1975]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TORRES GONZÁLES, José Antonio. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas.** Traduzido por: Ernani Rosa – Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.

VIEIRA, F. **Formação reflexiva de professores e pedagogia para a autonomia: para a constituição de um quadro ético e conceptual da supervisão.** In: VIEIRA, F. et al. No caleidoscópio da supervisão: imagens da formação e da pedagogia. Mangualde: Pedago, 2006.

VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.